

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.940 - RS (2017/0193429-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : EGIDIO STOFFELS
ADVOGADOS : FÁBIO DAVI BORTOLI - RS066539
ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI E OUTRO(S) - RS066424
RECORRIDO : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531
KÁTIA GORETTI DIAS VAZZOLLER E OUTRO(S) - RS084557
SHERON GUTERRES DOS SANTOS - RS093996
SIMONE REGINA PEDROSA DA SILVA - RS105927

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por EGÍDIO STOFFELS, com fundamento na alínea "b" do inciso II do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. O acórdão recorrido manteve decisão do relator que indeferiu a inicial em razão da ausência de teratologia da decisão que, de ofício, declinou da competência para o Juizado Especial Cível. Confira-se sua ementa (fl. 107):

AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DECLINANDO DA COMPETÊNCIA PARA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INÉPCIA DA INICIAL. ARTIGO 10 DA LEI Nº 12.016/2009. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO DESPROVIDO.

Alega que a decisão impugnada merece reforma, pois "na sistemática do novo Código de Processo Civil, não está sujeita a recurso imediato, pois o rol de hipóteses de cabimento de Agravo de Instrumento, prevista no artigo 1015 do novo Código de Processo Civil é taxativo e não contempla a impugnação de decisões que declinam da competência por meio de Agravo de Instrumento" (fl. 121). Aponta a ilegalidade do ato judicial que declinou, de ofício, da competência para o Juizado Especial Cível, sob o fundamento de que a competência dos Juizados Especiais Cíveis é absoluta.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo provimento do

recurso (fls. 239/245).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Como sabido, o mandado de segurança é a ferramenta constitucional adequada para resguardar a existência de direito líquido e certo, quando não amparados por *habeas corpus* ou *habeas data*, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, é incabível o mandado de segurança contra ato judicial passível de impugnação por meio próprio, tendo em vista não ser sucedâneo de recurso.

No caso concreto, o ato impugnado, que declinou da competência para o Juizado Especial Cível, foi proferido já na vigência do atual Código de Processo Civil, que não prevê a interposição de agravo de instrumento para o caso. O novo Código de Processo Civil admite o cabimento de agravo de instrumento contra determinadas decisões interlocutórias, com previsão expressa no novo Código de Processo Civil ou em leis extravagantes.

Anoto que, em recente julgado, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do STJ reconheceu que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação", mas modulou os efeitos da decisão para que "a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão". Confira-se a ementa do referido precedente:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE
CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.
NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015.
IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO
REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE.
TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA
IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI.
REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol

do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art.

1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repriminção do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta

taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1704520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe 19.12.2018).

De outro lado, deve ser admitida a impetração do remédio do mandado de segurança, mormente porque "a jurisprudência do STJ admite a impetração de mandado de segurança para que o Tribunal de Justiça exerça o controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada a análise do mérito do processo subjacente" (RMS 33.155/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 29.8.2011).

Ainda nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE DE COMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO SUPERIOR AO VALOR DE ALÇADA. EXORBITÂNCIA DA COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA NO ART. 3º DA LEI 9.099/95. RECURSO PROVIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. É possível a impetração de mandado de segurança, no âmbito da Justiça comum, com a finalidade de promover o controle de competência nos processos em trâmite nos juizados especiais.

Precedentes do STJ.

2. Deve ser reputada ineficaz a condenação fixada, a título de reparação de danos, na parte em que exceda o limite de alçada estabelecido no art. 3º da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais

Estaduais), na forma preconizada pelo art. 39 do mesmo diploma legal.

3. Recurso ordinário provido.

(RMS 48.259/PA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 25.10.2016).

Ademais, esta Corte entende que "o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum" (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999).

A questão merece, portanto, conhecimento pelo Tribunal de origem.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso ordinário, para cassar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que, afastado o óbice, examine o mérito da impetração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora